O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) sob a Perspectiva dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

The Special Regime of Foreign Exchange and Tax Regulation (RERCT) under the Perspective of Crimes against the National Financial System

JOAO CARLOS LIMA SANTINI

Mestre em Direito Negocial (2016) e Bacharel em Direito (2008) pela Universidade Estadual de Londrina, Professor de Direito Tributário e Direito Financeiro em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Advogado Tributarista do Bichara Advogados em São Paulo/SP.

Decisão Editorial: 18.07.2017

RESUMO: Sem qualquer pretensão de esgotar a discussão, a proposta aqui apresentada parte de uma análise geral do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), criado pela Lei nº 13.254/2016 em sua primeira versão, e recriado pela Lei nº 13.428/2017, para, após, confrontar suas premissas com os tipos penais que protegem o Sistema Financeiro Nacional, previstos na Lei nº 7.492/1986. Sob essa perspectiva, por meio da utilização de um método dedutivo que se inicia a partir de uma análise geral até se chegar à questão proposta, será possível visualizar que esses instrumentos de arrecadação criados pelo Estado brasileiro não enquadraram todos os possíveis desdobramentos penais nas hipóteses de anistia fixadas no art. 5º da Lei nº 13.254/2016, tendo se preocupado, precipuamente, apenas com a questão arrecadatória, em nítido arrepio aos possíveis desdobramentos penais que, hipoteticamente, poderão ser objeto futuro de persecução penal. Com esse raciocínio, busca-se apresentar que o aspecto penal do RERCT, também conhecido como repatriação, principalmente sob a perspectiva dos crimes contra o sistema financeiro, continuará nebuloso.

PALAVRAS-CHAVE: Anistia; crime; repatriação; RERCT; Sistema Financeiro Nacional.

ABSTRACT: Without any pretension of exhausting the discussion, the proposal presented here starts in a general analysis of the Special Regime of Foreign Exchange and Tax Regulation (RERCT), created by Law nº 13.254/2016 in its first version, and recreated by Law nº 13.428/2017, to, after, confront its premises with the criminal types that protect the National Financial System, defined in Law nº 7.492/1986. From this perspective, through the use of a deductive method that starts from a general analysis until one arrives at the proposed question, it 'll be possible to see that those tax collection instruments created by the Brazilian government not framed all possible criminal ramifications in the amnesty assumptions set out in art. 5º of Law nº 13.254/2016, having only been concerned primarily with the tax collection issue in sharp chill the possible criminal consequences that hypothetically may be subject to future prosecution. With this rationale, we try to present that the criminal aspect of the Special Regime of Foreign Exchange and Tax Regulation (RERCT), also known as repatriation, mainly the prospect of crimes against the financial system, will continue cloudy.

KEYWORDS: Amnesty; crime; repatriation; RERCT; National Financial System.

SUMÁRIO: Introdução; 1 O Sistema Financeiro Nacional; 2 A repatriação e os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional; 3 O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT); 4 O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) sob a perspectiva dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, criou o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

Seu espírito, em verdade, revestiu-se de nítida política de arrecadação fiscal, principalmente diante do forte período de crise fiscal pela qual passa o Estado brasileiro, que, desde o choque mundial de 2008, não conseguiu retomar o voo de cruzeiro que antecedeu aos anos seguintes de declínio econômico e financeiro.

Para o particular que se enquadrou entre os pressupostos de adesão ao programa, que serão adiante apresentados, a oportunidade de regularizar seu patrimônio mantido no exterior foi algo a realmente se aproveitar, principalmente diante das anistias previstas no corpo da lei.

O sucesso da repatriação foi tão relevante, tanto sob a óptica governamental quanto sob a perspectiva dos contribuintes¹, que os parlamentares aprovaram uma nova versão do RERCT, recém-sancionada pelo Presidente da República em 30 de março último (Lei nº 13.428/2017).

Contudo, os seus efeitos, principalmente os penais (que não foram modificados pela nova lei), ainda são incertos, o que tem gerado certa relutância por parte daqueles que já aderiram ao primeiro programa e também pelos interessados em se beneficiar do novo RERCT. Esses, vale dizer, são exatamente os objetos de estudo do presente artigo, que, adianta-se, não trará todas as respostas para as questões aqui levantadas, mas buscará, por meio de um método dedutivo em que o resultado buscado será atingido após a análise lógica de premissas observadas a partir de um cenário geral, apresentar elementos que certamente causam relevantes reflexões sobre a viabilidade, ou não, de adesão ao programa, sempre, vale novamente ressaltar, buscando realçar o aspecto penal do tema, especialmente sob a pers-

1 Segundo informações extraídas da Agência Brasil, a arrecadação com a Repatriação chegou a R\$ 45 bilhões (EBC, 2016).

pectiva dos crimes contra o sistema financeiro, previstos na Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986.

Esclareça-se, por fim, que, para se chegar ao cerne da discussão, previamente será necessária a apresentação de elementos essenciais à compreensão do problema, não sendo por outra razão que nos primeiros capítulos serão estudados o Sistema Financeiro Nacional e o direito penal econômico.

1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Para compreender os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, imprescindível que previamente se tenha em mente o conceito e o contexto em que esse tema é absorvido no presente ensaio.

Dito isso, importante já destacar que o Sistema Financeiro Nacional é, por assim dizer, o braço operacional da ordem econômica brasileira, entendida esta como um “conjunto de elementos compatíveis entre si, ordenadores da vida econômica de um Estado, direcionados a um fim”, qual seja, a “garantia da vida digna, conforme os ditames da justiça social”, alcançável a partir de um “plano de distribuição de riquezas”².

Nesse sentido, Fonseca³ lembra que a regência das relações econômicas pode ser observada mediante dois prismas distintos: o primeiro deles aponta para uma perspectiva segundo a qual a ordem jurídico-econômica aceita e acolhe o regime econômico existente, adotando-o como base de toda a organização que a norma implanta; já o segundo indica que a ordem econômica procura criar um novo regime econômico – “daí o grande número de normas programáticas existentes nas constituições modernas, que têm por finalidade justamente reformular, dar outra forma à ordem já adotada anteriormente”.

Oportuna, portanto, é a didática divisão oferecida por Castilho⁴, para quem a expressão “ordem econômica” possuiria quatro sentidos distintos, quais sejam, o modo empírico de ser de uma determinada economia, o conjunto de todas as regras dos sujeitos econômicos, a ordem jurídica da economia e o conjunto de regras, na Constituição, que dirige as diretrizes da economia estatal.

2 FERNANDES, Fernando Augusto; LOPES, Anderson Bezerra. Aspectos penais da Lei de Repatriação. *Valor Econômico*, edição impressa, p. 1033, 19 a 21 mar. 2016.

3 FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito econômico*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 93.

4 CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *O controle penal nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

Dessa forma, feita a compreensão da ordem econômica, percebe-se que o Sistema Financeiro Nacional é o principal responsável pela aplicação, captação e canalização de recursos financeiros, o que o leva a ser visto sob duas perspectivas: a constitucional, em que os comandos constitucionais estão atrelados à concepção segundo a qual o ser humano seria participante efetivo da ordem econômica, levando-se à ideia de democratização econômica em que há compromisso com a busca pela justiça social; e a operacional, prevista basicamente na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que aponta os agentes que o compõem⁵, entre eles o Banco Central do Brasil e todas as instituições financeiras.

Sobre essas últimas perspectivas, vale dizer, a legislação de regência do tema traz dois conceitos distintos, sendo um com conteúdo mais genérico (Lei nº 4.595/1964) e outro essencialmente para fins penais (Lei nº 7.492/1986).

Veja:

Lei nº 4.595/1964

Art. 17. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei e da legislação em vigor, equiparam-se às instituições financeiras as pessoas físicas que exerçam qualquer das atividades referidas neste artigo, de forma permanente ou eventual.

Lei nº 7.492/1986

Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros (Vetado) de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários.

Parágrafo único. Equipara-se à instituição financeira:

I – a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança ou recursos de terceiros;

5 “Art. 1º O Sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído: I – do Conselho Monetário Nacional; II – do Banco Central da República do Brasil; III – do Banco do Brasil S. A.; IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; V – das demais instituições financeiras públicas e privadas.”

II – a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual.

Em relação ao conceito penal, cujo enfoque será aqui absorvido, pode-se dizer que tal conceito seria bastante vago, já que sua redação, segundo Pimentel⁶, tornou-se excessivamente ampla ao sofrer grande influência da “casuística acumulada pelo Banco Central do Brasil, através de sucessivas experiências com as mais diversas entidades que lidavam com recursos de terceiros ou com títulos ou valores mobiliários”, que levaram o legislador a traçar o dispositivo do modo a não escapar conduta alguma, lesiva ou perigosa, contra o Sistema Financeiro Nacional.

2 A REPATRIAÇÃO E OS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Indissociável é a realização deste estudo com a figura da expressão “crimes do colarinho branco”, surgida como *white-collar* crime na menção inicialmente formulada por Edwin Sutherland, no ano de 1939, para se referir aos crimes praticados por indivíduos componentes de classes sociais mais elevadas e os tipos de crime que eles cometem⁷.

Porém, o aprofundamento desta teoria não será aqui efetivado, o que propiciará um recorte teórico direcionado à correlação entre esse direito penal econômico e as leis de repatriação, principalmente a Lei nº 13.254/2016, que, como já inicialmente destacado, criou o RERCT de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

A propósito, sobre o direito penal econômico, vale lembrar que este surge quase que imediatamente ao processo de regulamentação da ordem econômica, visando, justamente, proteger toda a nova normativa recém-vindoura, destacada por Fragoso, no sentido de que o direito penal econômico corresponderia, em verdade, ao próprio direito econômico, que surgiu com a Primeira Guerra Mundial e com o fim da economia liberal por meio da intervenção do Estado no processo econômico. Ainda segundo o autor, o direito penal econômico seria, portanto, aquele que se referiria a fatos que lesam ou expõem a perigo uma determinada ordem econômica⁸.

6 PIMENTEL, Manoel Pedro. *Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional*: comentários à Lei nº 7.492, de 16.06.1986. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

7 PIMENTEL, Manoel Pedro. O crime de colarinho branco. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 68, n. 1, p. 115.

8 FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito penal econômico e direito penal dos negócios. Disponível em: <http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/heleno_artigos/arquivo31.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Ainda dentro deste contexto histórico, Aftalión⁹ destaca que a aparição e o crescimento de uma legislação penal social-econômica respondeu à pressão das circunstâncias, que impuseram aos legisladores a emissão de normas sancionadoras com eficácia intimidatória. Com essas premissas, o conceito de direito penal econômico, enfim, pode ser trazido à tona: “Conjunto de normas que tem por objeto sancionar, com as penas que lhes são próprias, as condutas que, no âmbito das relações econômicas, ofendam ou ponham em perigo bens ou interesses juridicamente relevantes”¹⁰.

Sob uma outra perspectiva, Balcarce¹¹ o conceitua com uma visão mais próxima de tutelar os interesses do Estado no que tange à proteção às suas políticas econômicas, bem como que se refere à guarda dos interesses da coletividade quanto à busca pela justiça social:

*El conjunto de normas en las cuales la sanción tiende a proteger los fines y políticas económicas del Estado en la sociedad, o, desde otro punto de vista, a la genérica política de protección de las condiciones de la vida económica, prestando especial atención a ciertos derechos supraindividuales y derechos individuales que hacen a la producción, circulación y consumo de bienes tradicionales y de última generación para asegurar en definitiva el objetivo de justicia social propio de su conformación contemporánea.*¹²

Ou seja, o que se quer destacar é que o crime econômico, produto do direito penal econômico, caracteriza-se não somente contra interesses individuais, mas também “contra interesses sociais e supraindividuais do acontecer econômico”, afinal, “são lesionados bens jurídicos sociais e supraindividuais da vida econômica ou se abusa de instrumentos da vida econômica atual”¹³.

Dessa forma, o bem de proteção estaria constituído não apenas pelo interesse individual do particular que atua na economia, mas, principalmen-

9 AFTALION, Enrique R. *Derecho penal administrativo*. Buenos Aires: Arayú, 1955. p. 38.

10 PIMENTEL, Manoel Pedro. *Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional*: comentários à Lei nº 7.492, de 16.06.1986. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987. p. 10.

11 BALCARCE, Fabian. *Derecho penal economico*. Parte general. Rasgos esenciales del derecho penal economico. Teoría de la penal económica. Teoría del delito economico. Teoría de las consecuencias jurídico penales. Responsabilidad penal de las personas jurídicas. Córdoba: Mediterránea, t. 1, 2003. p. 27.

12 O conjunto de normas nas quais a sanção tende a proteger os fins e as políticas econômicos do Estado na sociedade, ou, de outro ponto de vista, a genérica política de proteção das condições da vida econômica, prestando especial atenção a certos direitos supraindividuais e direitos individuais que garantem a produção, a circulação e o consumo de bens tradicionais e de última geração para assegurar, em definitivo, o objetivo da justiça social próprio de sua conformação contemporânea (tradução nossa).

13 TIEDEMANN, Klaus. *Derecho penal económico*: introducción y parte geral. San José: Grijley, 2009. p. 7.

te, pelo ordenamento econômico estatal em sua totalidade – “em resumo: pela economia do país com cada um de seus ramos”¹⁴.

A propósito desses bens jurídicos, interessante é a lição de Prado, que ressalta a característica dos bens jurídicos supraindividuais. Segundo o Professor, “não há num Estado democrático de Direito nenhuma preponderância do bem jurídico transindividual sobre o individual”:

São característicos de uma titularidade de caráter não pessoal, de massa ou universal (coletiva ou difusa); estão para além do indivíduo – afetam um grupo de pessoas ou toda a coletividade –; supõem, desse modo, um raio ou âmbito de proteção que transcende, ultrapassa a esfera individual, sem deixar, todavia, de envolver a pessoa como membros indistintos de uma comunidade. [...] nestes [bens jurídicos supraindividuais], a referência pessoal é indireta, em maior ou menor grau. São bens universais da sociedade como um todo, com um marco individual mais ou menos acentuado.¹⁵

Toda essa fundamentação pode ser relacionada de diversas maneiras à Lei nº 7.492/1986, que disciplina os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. No que tange ao bem jurídico por ela tutelado, por exemplo, Prado afirma que é “o Sistema Financeiro Nacional consistente no conjunto de instituições (monetárias, bancárias e sociedades por ações) e do mercado financeiro (de capitais e valores mobiliários)”¹⁶.

Ainda sobre o tema, Tasse aprofunda a discussão ao defender que, independente da inclinação teórica, o importante seria identificar quando haveria simples afronta aos interesses patrimoniais de instituição financeira e quando a agressão atingiria todo o sistema financeiro. Afirma, o autor, que “se trata de um tema de elevada importância no direito penal brasileiro atual, não pela falta de clareza teórica sobre o que constitui esse bem jurídico, mas pela dificuldade em precisá-lo”. Assim, a identificação dos bens jurídicos tutelados em cada um dos tipos identificados na lei não pode deixar de lado a proteção do bem jurídico maior, que é o Sistema Financeiro Nacional. Veja:

Existe uma dificuldade, não em saber exatamente o que se deve entender por sistema financeiro, mas sim em decifrar quando o sistema financeiro foi efetivamente lesado com a prática de uma das condutas descritas nos tipos da Lei

14 Idem, *ibidem*.

15 PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. Parte geral: artigos 1º a 120. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 251-253.

16 PRADO, Luiz Regis. *Direito penal econômico: ordem econômica, relações de consumo, sistema financeiro, ordem tributária, sistema previdenciário, lavagem de capitais*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 170-171.

nº 7.492/1986. Não resta dúvida de que o objeto de tutela é o sistema financeiro nacional, sendo este o objeto protegido pelo ordenamento penal. Ocorre, entretanto, uma dificuldade em saber se houve ou não agressão ou ao menos efetivo perigo de lesão ao sistema financeiro nacional. [...]. A melhor forma de entender cada delito é analisando quando a agressão praticada pelo agente coloca o funcionamento e equilíbrio do sistema financeiro nacional em risco real. Quando se analisa cada tipo da Lei nº 7.492/1986, nota-se a presença de um bem jurídico específico e um secundário atrelado a cada dispositivo. No entanto, esta condição não desmente a regra geral pela qual o objeto de proteção é o sistema financeiro nacional.¹⁷

De qualquer forma, sobre esses tipos penais inseridos na Lei nº 7.492/1986, quer-se chamar a atenção, principalmente, para as figuras previstas nos arts. 6º¹⁸ e 22¹⁹, o que, vale dizer, não trará novidades em relação aos sujeitos ativo e passivo dos outros tipos penais (quanto ao primeiro, qualquer pessoa poderá praticar os crimes previstos na Lei; quanto ao segundo, os sujeitos passivos são as pessoas que tiveram o patrimônio lesado e o próprio Estado).

Em relação ao art. 6º, seu núcleo do tipo objetivo traz a conduta de “induzir” (incutir) ou “manter em erro”, sonegando informação ou prestando-a falsamente à operação ou situação financeira. O tipo subjetivo exige o dolo, não há elemento subjetivo especial e o crime é de mera conduta, não sendo, ainda, cabível a tentativa²⁰.

No que se refere ao art. 22, seu núcleo do tipo objetivo consiste em “efetuar”, que significa “fazer”, “realizar” uma conduta comissiva com o fim especial de evadir divisa. Maia²¹, por exemplo, destaca que tal tipo penal objetiva, principalmente, a proteção da regularidade das operações de compra e venda de moeda estrangeira e, secundariamente, a fé pública indispensável à segurança das relações jurídicas. O núcleo do parágrafo único – que mais interessa ao presente estudo, afinal, trata de depósito não declarado no exterior, objeto também tutelado pelo Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) – prevê as condutas de “promover” ou

17 TASSE, Adel el. Sistema financeiro. In: Vários autores. *Legislação criminal especial*. Coord. Luiz Flavio Gomes e Rogério Sanchez Cunha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 913.

18 “Art. 6º Induzir ou manter em erro, sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, sonegando-lhe informação ou prestando-a falsamente: Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.”

19 “Art. 22. Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do país: Pena – Reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.”

20 COSTA JR., Paulo José da; QUEIJO, Maria Elizabeth; MACHADO, Charles M. *Crimes do colarinho branco*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 193.

21 MAIA, Rodolfo Tigre Maia. *Lavagem de dinheiro*. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 54.

“manter depósitos”, revelando-se um crime formal (não há a necessidade do resultado naturalístico) e permanente, requerendo, o tipo subjetivo, a presença do dolo.

Posto isso, antes de esmiuçar os possíveis alcances penais do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), serão apresentadas as linhas gerais da Lei de Repatriação, as quais foram reproduzidas pela “Repatriação 2.0” (Lei nº 13.428/2017), não com o objetivo de esgotá-las, mas sim com o principal escopo de dar sustentabilidade à discussão trazida na sequência, que buscará instigar o leitor a questionar os futuros e prováveis efeitos penais advindos da adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).

Com efeito, esses desdobramentos ainda são desconhecidos, estando, pelo menos nesse momento, alocados apenas no mundo das ideias, o que não poderá significar um pronto descarte, tanto pelos contribuintes-alvo do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) quanto também pelo Ministério Público Federal e pela Receita Federal.

3 O REGIME ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA (RERCT)

Tal qual sinalizado inicialmente, o objetivo precípua das Leis de Repatriação foi notadamente arrecadatório²² e nitidamente fiscal²³, como destacado por Estrada²⁴, tendo mirado, como não poderia deixar de ser, os contribuintes que possuem bens não declarados fora do território nacional²⁵.

22 Os dados ainda são divergentes. Pairol (2016) afirma que as estimativas indicam que a arrecadação aos cofres da União poderá atingir cerca de R\$ 100 a R\$ 150 bilhões, uma vez que os dados revelam que os ativos no exterior não declarados de brasileiros poderiam chegar a US\$ 400 bilhões. Por outro lado, Ming (2016), apresentando os dados divulgados pelo Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas editado pelo governo em 22 de setembro de 2016, aponta que a administração federal admite arrecadar pelo menos R\$ 6,2 bilhões.

23 Sobre o aspecto histórico da sua elaboração, Pairol (2016) lembra que o assunto não é recente, já tendo sido discutido desde os tempos da CPI do Banestado entre membros do Ministério Público, magistrados, sociedade civil organizada e sindicatos, cujas ponderações acabaram por resultar nos Projetos de Lei nº 113/2003, do Deputado Federal Luciano Castro, e nº 5.228/2005, do Deputado Federal José Mentor, ambos integrantes da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

24 Segundo o autor, “o verdadeiro motor propulsor da medida é a necessidade arrecadatória do Poder Executivo, que vislumbra nesse exótico imposto uma grande oportunidade de pôr as contas públicas em ordem” (ESTRADA, Roberto Duque. Ainda há mais dúvidas e incertezas sobre a lei de repatriação de recursos. *Consultor Jurídico*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-abr-06/consultor-tributario-duvidas-incertezas-lei-repatriacao-recursos>>. Acesso em: 17 jun. 2016).

25 Estrada destaca, ainda, que “deve-se romper de uma vez por todas com o preconceito, ainda muito arraigado no Brasil, contra a detenção de bens no exterior. No mundo globalizado, em que as fronteiras foram derrubadas, e em que é frequente o exercício de atividades profissionais no exterior, é mais do que natural que as pessoas possam legitimamente dispor de bens ou direitos no exterior”. Ainda mais no atual ambiente de crise vivenciado no país. Não é à toa que “Na crise, executivos buscam saída ‘pelo Galeão’” foi o título de reportagem publicada no caderno de economia do jornal *O Globo* (03/04), em que se informa ter havido “[...] aumento de 100% no número de brasileiros que passaram a cogitar trabalhar fora do país como principal estratégia para o futuro de suas carreiras”.

Nos termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 13.254/2016, o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) “aplica-se aos residentes ou domiciliados no País em 31 de dezembro de 2014 que tenham sido ou ainda sejam proprietários ou titulares de ativos, bens ou direitos em períodos anteriores a 31 de dezembro de 2014, ainda que, nessa data, não possuam saldo de recursos ou título de propriedade de bens e direitos”²⁶.

Ou seja, nítido está que a chamada Lei de Repatriação propôs uma fotografia retroativa à realidade de mercado²⁷ vivenciada pelo contribuinte na exata data de 31 de dezembro de 2014²⁸ (30 de junho de 2016, pela nova Lei), em que, como condição à sua adesão, deveriam ser informados, à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e ao Banco Central do Brasil (Bacen), recursos, bens, direitos de origem lícita que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, como, por exemplo, depósitos bancários, operações de empréstimos, bens imóveis em geral, veículos, aeronaves e ativos intangíveis, como *royalties* e patentes.

Em relação ao procedimento, o contribuinte deveria, além da declaração única de regularização a ser entregue à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e ao Banco Central do Brasil (Bacen) até o dia 31 de outubro de 2016²⁹, cumprir outras obrigações acessórias, como a declaração retificadora de ajuste anual do imposto de renda relativa ao ano-calendário de 2014 e posteriores, no caso de pessoa física; a declaração retificadora da declaração de bens e capitais no exterior relativa ao ano-calendário de 2014 e posteriores, no caso de pessoa física e jurídica, se a ela estiver obrigada; e a escrituração contábil societária relativa ao ano-calendário da adesão e posteriores, no caso de pessoa jurídica.

Um detalhe a se ressaltar é que não havia (como ainda não há, pela nova Lei) obrigatoriedade na repatriação dos bens e ativos. Com efeito, não era essa a vontade da lei, que não visava outro escopo senão a regularização

26 A nova Lei de Repatriação alterou a data de 31 de dezembro de 2014 para 30 de junho de 2016.

27 “§ 8º Para fins da declaração prevista no *caput*, o valor dos ativos a serem declarados deve corresponder aos valores de mercado, presumindo-se como tal [...]”

28 Sobre a data, à época da adesão, pairava uma incerteza sobre o tema. Apesar da indicação expressa da lei sobre a obediência da legislação tributária em 31 de dezembro de 2014, a discussão sobre a adoção da “foto” ou do “filme” era discutida pelos operadores do Direito. Ou seja, defendia-se tanto que apenas o saldo em 31 de dezembro de 2014 deveria ser tributado como também que as movimentações anteriores deveriam ser levadas em consideração, ainda que o saldo em 31 de dezembro de 2014 estivesse zerado. A Receita Federal, no documento intitulado “Perguntas e Respostas 1.2”, aprovado pelo Ato Declaratório Interpretativo nº 5, de 11 de julho de 2016, destacou que, para fins tributários, a declaração deveria observar o prazo decadencial e, para fins penais, a declaração deveria inserir os bens e direitos havidos no prazo prescricional das condutas que o contribuinte desejar anistiar.

29 O novo prazo foi fixado em 120 (cento e vinte) dias após a data da regulamentação para a declaração voluntária da situação patrimonial em 30 de junho de 2016 (ainda não publicada).

desse patrimônio, que poderia, ou não, ser internalizado de acordo com a opção individual do contribuinte, nos termos do § 4º do art. 4º da antiga Lei³⁰.

Especificamente no que diz respeito aos benefícios fiscais do contribuinte desejoso de aderir ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), a formalização da declaração única implicaria no pagamento do imposto de renda sobre o montante de ativos, a título de ganho de capital, à alíquota de 15% (quinze por cento), vigente em 31 de dezembro de 2014, com a adição de multa de 100% (cem por cento), acompanhando-se, vale dizer, da remissão dos créditos tributários decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias e da redução de 100% (cem por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas, e dos encargos legais diretamente relacionados a esses bens e direitos em relação a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, ou seja, em verdade, em razão dessa multa de 100%, a realidade revelava que o custo para usufruir dos benefícios do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) seria pagar 30% do valor de mercado, em 31.12.2014, dos ativos não declarados no exterior³¹.

Além disso, havia a exclusão da multa pela não entrega completa e tempestiva da declaração de capitais brasileiros no exterior (DBCE), na forma definida pelo Banco Central do Brasil³², e das penalidades aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários ou outras entidades regulatórias, tudo nos termos dos arts. 6º e 8º.

À época, em tom crítico às regras colocadas à mesa pela Lei, Estrada destacava que, em algumas situações, as mesmas poderiam até mesmo significar verdadeiro confisco ao patrimônio do contribuinte, o que seria, nos termos do art. 150, IV, da Constituição Federal, terminantemente proibido:

Tome-se, por exemplo, o caso de um herdeiro de um imóvel no exterior. Em primeiro lugar, não incide Imposto de Renda sobre heranças. Depois, nos termos da Instrução Normativa nº 1.627, de 15 de março de 2016, que regulamentou a Lei do RERCT, essa pessoa terá que promover uma avaliação a mercado e recolher, a título de imposto e multa, 30% do valor do bem. Caso

30 “§ 4º Após a adesão ao RERCT e conseqüente regularização nos termos do *caput*, a opção de repatriação pelo declarante de ativos financeiros no exterior deverá ocorrer por intermédio de instituição financeira autorizada a funcionar no País e a operar no mercado de câmbio, mediante apresentação do protocolo de entrega da declaração de que trata o *caput* deste artigo (dispositivo não modificado pela nova Lei).”

31 A nova repatriação fixou a multa em 135% (cento e trinta e cinco por cento).

32 Deverão ser declarados ao Banco Central do Brasil as seguintes modalidades de ativos mantidos fora do País (Resolução Bacen nº 3.854/2010, art. 3º): a) depósito em contas-correntes no exterior; b) empréstimo em moeda; c) financiamento (de exportação de bens e/ou serviços, etc.); d) *leasing* e arrendamento mercantil financeiro; e) investimento direto (participação no capital de empresa no exterior); f) investimentos em portfólio; g) aplicação em derivativos financeiros; e h) outros investimentos, incluindo imóveis e outros bens.

o contribuinte não disponha de outras fontes de recursos, terá que vender o imóvel para pagar o tributo. Isso não seria um caso de confisco?³³

Enfim, sem pretender esgotar todas as dúvidas originadas pelos dispositivos do RERCT, fato é que muitas dúvidas e incertezas ainda giram em torno do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e, seja sob o aspecto fiscal, seja sob o aspecto penal, adiante estudado, certamente muitas discussões seguirão à sua implementação.

4 O REGIME ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO CAMBIAL E TRIBUTÁRIA (RERCT) SOB A PERSPECTIVA DOS CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O que talvez mais venha chamar a atenção dos contribuintes e dos operadores do Direito, no Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), é a obrigatoriedade de se “autoincriminar” para usufruir dos benefícios da Lei, algo extremamente questionável quando confrontada com a garantia constitucional do *nemo tenetur se detegere*.

Esse crime, vale destacar, teria que se adequar a qualquer uma das condutas previstas no § 1º do art. 5º, tais como evasão de divisas, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e falsidade ideológica, praticadas, em tese, para extinguir ou ocultar os recursos – lícitos, assim entendidos como “oriundos de atividades permitidas ou não proibidas pela lei”, bem como os valores decorrentes de crimes de sonegação fiscal e delitos relacionados com a prática de “caixa dois” (os demais recursos de origem ilícita não foram contemplados pelo Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT).

Nesse ponto, uma preocupação inicial a respeito da profundidade dessa licitude foi relativamente suavizada pela edição da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.627/2016, que, inobstante posições em contrário do Ministério Público Federal³⁴, regulamentou o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), deixando explícito que a declaração de licitude dos bens bastaria para atestar a respectiva origem lícita, não

33 ESTRADA, Roberto Duque. Op. cit.

34 Carli (2016), Procuradora Regional da República da 4ª Região, em artigo publicado no *Valor Econômico*, afirma que seria um eufemismo falar em valores lícitos, já que a ilicitude estaria sempre presente, “inclusive nos casos em que os bens e valores tiverem sido auferidos em atividade econômica permitida ou não proibida”. Ainda segundo a Procuradora, se os valores não foram declarados à Receita Federal ou ao Banco Central, nos casos em que deveriam ter sido declarados, haveria, no mínimo, crime contra a ordem tributária ou uma das modalidades do delito previsto no art. 22 da Lei nº 7.492/1986.

havendo necessidade de se fazer acompanhar quaisquer outros documentos que comprovem essa condição³⁵.

De qualquer forma, o recorte que se quer empregar no presente artigo aponta para a correlação entre as Leis nºs 13.524/2016 e 7.492/1986. E, sob essa perspectiva, é que o art. 5º da Lei do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), cuja relação de crimes não foi modificada pela Lei nº 13.428/2017, previu a figura da anistia em relação aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional para o tipo penal do art. 22 da Lei nº 7.492/1986, já destacado antes, relacionado à manutenção de depósitos no exterior não declarados à repartição federal competente.

Neste contexto, levando-se em consideração o dever de informação das disponibilidades mantidas por brasileiros no exterior, que, atualmente, é feita perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), por meio da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, e também perante o Banco Central do Brasil (Bacen), via Declaração de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE), percebe-se que eventual crime de informação falsa ou omissão de informação, cujo tipo está previsto no art. 6º da Lei nº 7.492/1986, apresentada sob o regime da Lei nº 13.524/2016, não estaria abrangida pelas hipóteses de anistia do seu art. 5º.

Explica-se. Com a entrega da declaração única de regularização pelo contribuinte, que permite a adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), a autoincriminação do contribuinte teria sua punibilidade automaticamente extinta para diversos crimes, nos exatos termos do art. 5º, § 1º. Assim, por exemplo, o tipo penal do art. 22 da Lei nº 7.492/1986, qual seja, manter depósito não declarado no exterior, estaria afastado de qualquer pretensão punitiva do Estado por expressa disposição do art. 5º, § 1º, VI, da Lei nº 13.524/2016. Mas, e se o ativo mantido pelo contribuinte no exterior for outro, como, por exemplo, imóveis, participação no capital de empresa no exterior ou *royalties*? Esses tipos de ativos não estão contemplados pela referida anistia, afinal, não estão contemplados no tipo penal do art. 22 da Lei nº 7.492/1986.

Essa omissão do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) aponta, então, para um vácuo normativo que possivelmente pode resultar em algum tipo de problema penal para o contribuinte. Isso porque o crime do art. 6º da Lei nº 7.492/1986 não foi atingido pela previsão de anistia do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).

35 Não há, vale dizer, até o momento, qualquer regulamentação para a Lei nº 13.428/2017.

Sobre a extensão das hipóteses de anistia na Lei nº 13.524/2016, em recente artigo publicado no *Valor*, Fernandes e Lopes alertaram para a possibilidade de ocorrência de situações não abrangidas pelo Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT):

[...]. Sobre o ponto de vista penal, é possível dizer que a Lei da Repatriação instituiu verdadeira anistia, isto é, o esquecimento jurídico de um fato. Os crimes anistiados permanecem em vigor, mas haverá o esquecimento jurídico das condutas de quem os praticou, caso sejam cumpridos os requisitos previstos na referida lei.

Como a lei estabeleceu um rol muito restrito de crimes sujeitos à anistia, é preciso analisar caso a caso a extensão dessa medida. É possível que, em determinadas situações, a adesão ao regime resolva apenas parte do problema criminal, pois haja extinção da punibilidade de alguns crimes e permanência do risco quanto a outros.³⁶

Em outras palavras, o que se quer propor para reflexão é a hipotética configuração de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, por subsunção ao tipo penal do art. 6º da Lei nº 7.492/1986, em razão da confissão espontaneamente apresentada pelo contribuinte sob o manto do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), afinal, este não anistiou essa figura criminal – situação semelhante já foi, inclusive, apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça em 2010, quando se confirmou a ocorrência do tipo penal a agente que prestou informações falsas ao Banco Central³⁷ sob a perspectiva do entendimento na Corte Suprema, no sentido de que para a caracterização desses delitos bastaria, tão somente, o dolo genérico, consubstanciado na vontade livre e consciente de, no caso, omitir-se de praticar dever previsto em lei, ou seja, desimportam os motivos pelos quais o réu foi levado à prática delitiva, sendo suficiente para a perfectibilização do tipo penal que o agente queira deixar de pagar, ou reduzir contribuições, consubstanciando-se o elemento subjetivo em uma ação ou omissão volta da a esse propósito.

A reflexão que fica, portanto, além da crítica à obrigação de autoincriminar-se, é a de se questionar a real e efetiva extensão da anistia do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). Partindo da confirmação, pelo próprio contribuinte, de que omitiu ou prestou infor-

36 FERNANDES, Fernando Augusto; LOPES, Anderson Bezerra. Aspectos penais da Lei de Repatriação. *Valor Econômico*, edição impressa, 19 a 21 mar. 2016.

37 "III – Mostra-se irrelevante o fato de o paciente ter deixado os quadros da empresa antes do término do prazo para a efetivação das exportações objetos dos contratos de câmbio sob enfoque, eis que a conduta que lhe foi atribuída não foi a de irregularidades na exportação, mas sim de prestação de declarações falsas à repartição pública – Banco Central – sobre operações financeiras, induzindo-a em erro, conduta típica prevista no art. 6º da Lei nº 7.492/1986." (HC 114988/SP, 2008/0197151-0, DJe 22.02.2010)

mações falsas ao Banco Central, estaria ele sujeito à pena de reclusão de 2 a 6 anos do art. 6º da Lei nº 7.492/1986?

A resposta, por ora, parece inclinar para um cenário preocupante, afinal, não há garantia da não imputação desse crime àquele contribuinte desejoso de aderir ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). Por certo, antes de uma hipotética apresentação de denúncia criminal, teria o contribuinte inúmeras oportunidades de se defender no âmbito administrativo (já que o Ministério Público está obrigado a aguardar o prévio exaurimento da esfera administrativa para oferecer a denúncia, sendo essa a posição atual do Supremo Tribunal Federal³⁸), mas não há como cravar qualquer imunidade para o detentor de patrimônio não declarado no exterior.

CONCLUSÃO

Como alertado inicialmente, está fora das pretensões do presente ensaio esgotar todas as questões envolvendo o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) e seus aspectos penais, até mesmo em razão da incerteza acerca dos desdobramentos futuros³⁹. Porém, partindo da proposta de um recorte que privilegiasse apenas os crimes contra o sistema financeiro, dispostos na Lei nº 7.492/1986, tornou-se possível direcionar o raciocínio aqui desenvolvido estritamente sob essa ótica penal.

Dessa forma, após terem sido apresentadas linhas gerais sobre o Sistema Financeiro Nacional, procurou-se, a partir da noção primeira voltada ao papel do direito penal econômico, correlacioná-lo com os efeitos do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), inaugurados pela Lei nº 13.254/2016 e reafirmados pela Lei nº 13.428/2017, principalmente, tal qual já ressaltado, sob a tipologia penal fixada pela Lei nº 7.492/1986.

E, sob essa perspectiva, pode-se apurar que o rol de hipóteses de anistia penal trazida pelo art. 5º e seu § 1º, a par de contemplar os crimes de sonegação fiscal (não tratados aqui), privilegiou apenas a figura penal do art. 22, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 7.492/1986 (crime de evasão de divisas e figura especial da omissão de depósitos no exterior), tendo, portanto, deixado de lado o tipo penal do art. 6º da Lei nº 7.492/1986, qual seja, o crime de omissão e informação falsa à instituição do Sistema Financeiro

38 Súmula Vinculante nº 24: “Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº 8.137/1990, antes do lançamento definitivo do tributo”.

39 Discute-se, por exemplo, se o prazo final para a adesão ao programa será alterado, bem como se políticos poderão ser beneficiados pelo regime de repatriação e, ainda, outras especificidades a respeito da data de 31 de dezembro de 2014 (como, por exemplo, a fixação do saldo nesta data, e não a movimentação pretérita). Até a finalização do presente estudo, a votação do Projeto de Lei nº 2.617/2015, que altera a Lei nº 13.254/2016, ainda não havia sido finalizada.

Nacional, cujas informações relacionadas a outros tipos de ativos diferentes de depósitos no exterior, como investimentos, bens, participação societária e *royalties*, poderiam, em tese, ser aqui objeto de subsunção.

A dimensão dessa omissão legislativa talvez ainda não tenha sido observada, tampouco explorada pelos operadores e pesquisadores do Direito. Porém, não se pode descartar, em um futuro bem próximo, a possibilidade de instauração de procedimentos administrativos (que, vale dizer, podem levar a procedimentos criminais) que passem a questionar justamente a profundidade das informações apresentadas na declaração única do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), destinadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e ao Banco Central do Brasil (Bacen), até mesmo pelo fato de se exigir apenas a figura genérica do dolo para esses tipos de crimes, na esteira da já conhecida posição do Supremo.

Ainda que a declaração não possa ser utilizada como “único indício ou elemento para efeitos de expediente investigatório ou procedimento criminal”, ou, ainda, para “fundamentar, direta ou indiretamente, qualquer procedimento administrativo de natureza tributária ou cambial em relação aos recursos dela constantes”, nos exatos termos do § 12 do art. 4º da Lei nº 13.254/2016⁴⁰, acredita-se que a ausência de previsão expressa da anistia para a figura do art. 6º da Lei nº 7.492/1986 pode, sim, dar dor de cabeça aos desejosos dos benefícios de aderir ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT).

Essa reflexão, entretanto, não tem qualquer pretensão de gerar desestímulo a eventuais leitores que, porventura, venham a ter contato com as linhas anteriormente apresentadas, até mesmo porque a adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) tem se mostrado instrumento de valiosa saída para contribuintes que se encontram nessa situação irregular, afinal, muito em breve ocorrerá a efetivação das trocas de informações globais entre as fazendas internacionais⁴¹, o que poderá resul-

40 Nesse sentido, Marques e Nunes (2016) afirmam que “as informações prestadas pelo declarante não poderão dar lugar à investigação sobre crimes não anistiados pelo Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), salvo se as autoridades competentes demonstrarem existir outro ou outros indícios que justifiquem tal medida”.

41 O “Foreign Account Tax Compliance Act”, o “Base Erosion and Profit Sharing” e o “Automatic Exchange of Financial Account Information in Tax Matters” são exemplos de instrumentos que estarão à disposição das autoridades para essas trocas de informações. Esse último, vale dizer, que foi assinado pelo Brasil em 2011 durante reunião de cúpula do G-20 em Cannes (FRA), tendo sido nomeado internamente de Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária, permitirá, já a partir de 1º de outubro de 2016, o acesso automático de dados financeiros de pessoas físicas e jurídicas em mais de 90 países. Sobre o tema, Bichara (2016) lembra que a adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) será inevitável dentro deste contexto, que, inclusive, possui dispositivo específico para cobrança de créditos fiscais de um país para o outro (art. 11 da Convenção): “O sujeito [...] pode ter uma dívida tributária no Brasil e amanhecer com uma penhora na França, Portugal ou qualquer outro país signatário da Convenção”.

tar na descoberta desses ativos por iniciativa própria das autoridades fazendárias. Sua intenção, em verdade, é apenas apresentar eventuais possíveis desdobramentos penais que o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) pode causar.

Contudo, quer-se deixar claro que essa lacuna não poderá prevalecer diante dos princípios gerais de Direito voltados para a temática da segurança jurídica, notadamente por ser próprio do tema, o princípio da confiança na lei fiscal, tradução do princípio da segurança jurídica que aponta para a “possibilidade dada ao contribuinte de conhecer e computar seus encargos tributários com base direta e exclusivamente na lei”⁴², ou seja, eventual arguição de violação ao princípio da segurança jurídica, bem como ao princípio da confiança na lei fiscal, poderá ser um caminho profícuo para se levar a uma eventual atipicidade penal para a figura do art. 6º da Lei nº 7.492/1986.

REFERÊNCIAS

- AFTALION, Enrique R. *Derecho penal administrativo*. Buenos Aires: Arayú, 1955.
- BALCARCE, Fabian. *Derecho penal economico*. Parte general. Rasgos esenciales del derecho penal economico. Teoria de la penal econômica. Teoria del delito economico. Teoria de las consecuencias jurídico penales. Responsabilidad penal de las personas jurídicas. Córdoba: Mediterránea, t. 1, 2003.
- CARLI, Carla Veríssimo de. Os reflexos da repatriação no crime de lavagem. *Valor Econômico*, edição impressa, 10, 11 e 12 set. 2016.
- CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. *O controle penal nos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.
- COSTA JR., Paulo José da; QUEIJO, Maria Elizabeth; MACHADO, Charles M. *Crimes do colarinho branco*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- EBC. Câmara aprova urgência em projeto que altera Lei da Repatriação de Recursos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-10/camara-aprova-urgencia-em-projeto-que-altera-lei-da-repatriacao-de-recursos>>. Acesso em: 6 out. 2016.
- _____. Arrecadação bate recorde com repatriação e atinge R\$ 148 bilhões em outubro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-11/arrecacao-bate-recorde-com-repatriacao-e-atinge-r-148-bilhoes-em-outubro>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- ESTRADA, Roberto Duque. Ainda há mais dúvidas e incertezas sobre a lei de repatriação de recursos. *Consultor Jurídico*. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016->

42 XAVIER, Alberto. *Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978. p. 46.

-abr-06/consultor-tributario-duvidas-incertezas-lei-repatriacao-recursos>. Acesso em: 17 jun. 2016.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. *Curso de direito constitucional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FERNANDES, Fernando Augusto; LOPES, Anderson Bezerra. Aspectos penais da Lei de Repatriação. *Valor Econômico*, edição impressa, 19 a 21 mar. 2016.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. *Direito econômico*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. Direito penal econômico e direito penal dos negócios. Disponível em: <http://www.fragoso.com.br/eng/arq_pdf/heleno_artigos/arquivo31.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2016.

MAIA, Rodolfo Tigre Maia. *Lavagem de dinheiro*. São Paulo: Malheiros, 1999.

MARQUES, Rafael Younis; NUNES, Renato. Repatriação e segurança jurídica. *Valor Econômico*, edição impressa, 10 jun. 2016; edição impressa, 27, 28 e 29 ago. 2016.

MING, Celso. Repatriação em disputa. *O Estado de São Paulo*, edição impressa, 23 set. 2016.

PAIROL, Renato. A Lei de Repatriação e suas inquietações. *Valor Econômico*, edição impressa, 10 jun. 2016.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional: comentários à Lei nº 7.492, de 16.06.1986*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

_____. *Direito penal econômico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

_____. O crime de colarinho branco. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, v. 68, n. 1, p. 115-133.

PRADO, Luiz Regis. *Curso de direito penal brasileiro*. Parte geral: artigos 1º a 120. 8. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

_____. *Direito penal econômico: ordem econômica, relações de consumo, sistema financeiro, ordem tributária, sistema previdenciário, lavagem de capitais*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Dercat – Perguntas e Respostas 1.2. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dercat-declaracao-de-regularizacao-cambial-e-tributaria/perguntas-e-respostas-dercat>>. Acesso em: 6 out. 2016.

TASSE, Adel el. Sistema financeiro. In: Vários autores. *Legislação criminal especial*. Coord. Luiz Flavio Gomes e Rogério Sanchez Cunha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

TIEDEMANN, Klaus. *Derecho penal económico: introducción y parte geral*. San José: Grijley, 2009.

VALOR ECONÔMICO. Receita Federal terá acesso a dados no exterior a partir de 1º de outubro, edição impressa, 8 jun. 2016.

XAVIER, Alberto. *Os princípios da legalidade e da tipicidade da tributação*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

3860

Supremo Tribunal Federal

11.12.2017 Primeira Turma

AgRg-Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.080.541 Distrito Federal

Relator: Min. Luiz Fux

Agte.(s): Martin Wurzmann

Adv.(a/s): Paulo Sanches Campoi

Agdo.(a/s): Massa Falida da KM Indústria e Comércio de Papel Ltda.

Agdo.(a/s): Daniel Klabin Lorch Wurzmann

Agdo.(a/s): Heleno Wander Carvalho Apolinário

Adv.(a/s): Francisco de Oliveira Sabino

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO TRABALHISTA – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – COMPETÊNCIA – NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL – OFENSA REFLEXA – REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS – IMPOSSIBILIDADE – SÚMULA Nº 279 DO STF – AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, na conformidade da ata de julgamento virtual de 1º a 07.12.2017, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 11 de dezembro de 2017.

Ministro Luiz Fux

Relator

Documento assinado digitalmente

RELATÓRIO

O Senhor Ministro Luiz Fux (Relator): Trata-se de agravo interno interposto por Martin Wurzmann, contra decisão que prolatei, assim ementada, *in verbis*:

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO – PROCESSUAL CIVIL – EXECUÇÃO TRABALHISTA – DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA – COMPETÊNCIA – INTERPRETAÇÃO DE NOR-